

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Bloco de Esquerda teve conhecimento de que as estruturas de base comunitária que atuam nas áreas dos comportamentos aditivos e dependências vão deixar de ter acesso a financiamento a partir de janeiro do próximo ano devido ao facto de ainda não ter sido publicada a portaria de extensão de encargos para 2022.

Segundo as informações transmitidas ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, todos os projetos financiados pelo SICAD, e que estejam em prorrogação, ficam sem acesso a financiamento no dia 1 de janeiro de 2022 devido à falta deste documento.

Esta é uma situação preocupante porque, apesar de o Governo ainda poder publicar a portaria em falta, será necessário abrir concursos que colocarão em causa o funcionamento normal destes projetos.

Sabe ainda o Bloco de Esquerda que, embora exista dinheiro disponível para estes programas, o principal obstáculo à autorização destes concursos será o Ministério das Finanças, que estará a impedir a assinatura necessária por parte da tutela responsável, o Ministério da Saúde.

É, de facto, lamentável que continuemos a assistir ao desinvestimento na área dos comportamentos aditivos e dependências. A política de redução de riscos e minimização de danos é um eixo fundamental para uma abordagem eficaz à questão dos comportamentos aditivos e, no entender do Bloco de Esquerda, este bloqueio é, mais uma vez, uma pedra na engrenagem destes importantes projetos.

Esta abordagem de base comunitária constitui um pilar fundamental para o sucesso da abordagem da descriminalização, a par de outros como o tratamento e a dissuasão. No entanto, e apesar do grande contributo no acesso à saúde por parte das populações mais vulneráveis, esta área não tem sido tratada de forma igual, principalmente no que toca ao financiamento de programas, como é exemplo este caso que aqui expomos.

O desinvestimento e a desestruturação nas políticas de intervenção junto das toxicodependências poderão ter sérios custos a curto e médio prazo. É fundamental assegurar a continuação das boas práticas que pautaram a atuação nesta área ao longo de vários anos, corrigir o que necessita ser melhorado e alargar a intervenção a campos há muito prometidos, principalmente na área da redução de riscos e minimização de danos.

Perante isto, e perante o impacto avassalador que este falha por parte do Governo terá nestas estruturas, entende o Bloco de Esquerda serem necessários, não só os devidos esclarecimentos por parte do Governo, mas também a maior celeridade na publicação da Portaria necessária que garanta que no próximo ano estas estruturas consigam aceder os fundos necessários à sua atividade.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento desta situação?
2. Qual o motivo para que a Portaria necessária não esteja ainda publicada?
3. Perante o impacto que a ausência da Portaria irá ter nestas estruturas comunitárias, o que pretende a tutela fazer para garantir o seu funcionamento?
4. Entende o Governo a importância destas estruturas como eixo fundamental para a redução de riscos e minimização de danos?

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2021

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)